

Contas de governos e estatais têm o menor superávit primário do ano

Mas BC acredita que meta com FMI, de 3,35% do PIB, será alcançada

Isabel Sobral

Do GloboNews.com

• **BRASÍLIA.** As contas do governo federal, de estados, municípios e empresas estatais — o chamado setor público consolidado — registraram, em julho, o menor superávit primário de 2001, de R\$ 2,714 bilhões. Superávit primário são as receitas menos despesas, sem contar os gastos com juros.

Em junho, o resultado primário foi um superávit de R\$ 3,453 bilhões. O dólar se valorizou 5,49% no mês passado, fazendo os juros da dívida dispararem para R\$ 17,051 bilhões, o volume mais alto deste ano e também desde janeiro de 1999, quando houve a desvalorização do real e a conta chegou a R\$ 55 bilhões.

A dívida pública líquida passou de R\$ 619,4 bilhões em junho para R\$ 641,2 bilhões no mês seguinte, fazendo a relação da dívida com o Produto Interno Bruto (PIB) saltar de 51,3% para 52,5% — o maior percentual do Real.

Cortes e resultado de estatais garantirão superávit

A projeção do Banco Central é que os superávits primários do segundo semestre deste ano sejam menores que os alcançados nos primeiros seis meses de 2001. O motivo, segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, é o aumento dos gastos públicos, como o pagamento do 13º salário do funcionalismo público.

Apesar dessa tendência, Lopes garantiu que a meta de

superávit primário acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para de 2001, de R\$ 40,2 bilhões (ou 3,35% do PIB), está garantida. Para 2002, a meta é 3% do PIB.

— É perfeitamente factível acumular um saldo positivo de R\$ 7,069 bilhões até o fim de 2001, pois isso nos daria uma média de R\$ 1,4 bilhão nos meses que faltam — disse Lopes. Ele lembra que, de janeiro a julho, o superávit primário

acumulado é de R\$ 33,131 bilhões, muito próximo da meta acertada com o Fundo para setembro, de R\$ 34,4 bilhões.

O economista Julio Callegari, da Consultoria Tendências, lembrou que, diferentemente do primeiro semestre do ano, no segundo não haverá receitas extraordinárias, como as dos leilões da telefonia.

Callegari destacou também que, para os próximos meses, espera-se uma redução na ar-

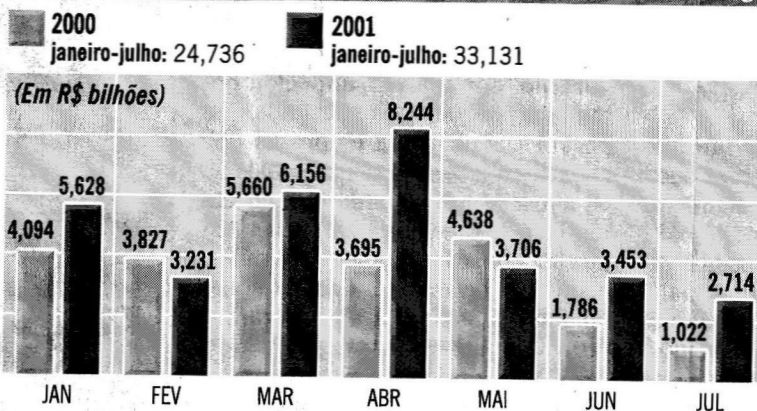
recadação, especialmente de estados e municípios, em decorrência do desaquecimento econômico.

— Apesar disso, não vejo problemas para alcançarmos a meta de superávit primário no ano, porque é possível contar com a continuidade de bons resultados das estatais, além do corte de R\$ 1 bilhão no orçamento deste ano, já anunciado pelo governo — explicou Callegari. ■

Editoria de Arte

Resultado do setor público em julho

SUPERÁVITS PRIMÁRIOS (diferença de receitas e despesas, sem contar gastos com juros)



FMI

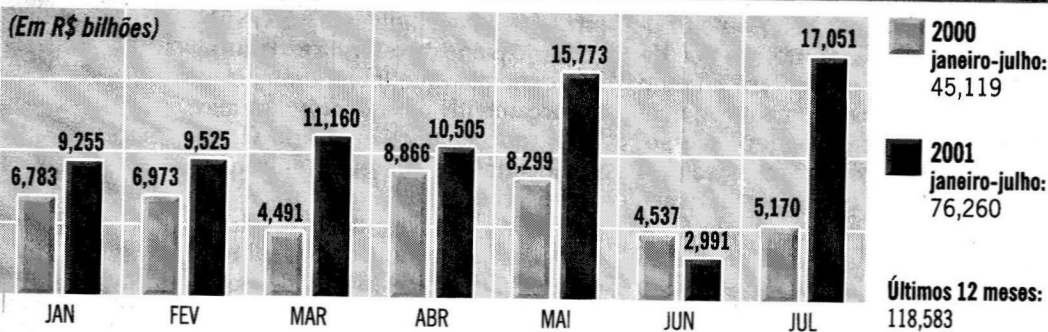
O resultado primário é o principal indicador do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A tendência é redução nos superávits primários durante o segundo semestre.

Últimos 12 meses: 46,553 (4,03% do PIB)

Meta para setembro com FMI: 34,4

Meta para o ano acertada com FMI: 40,2 (3,35% do PIB)

JUROS (gastos com remuneração da dívida pública)



Inclui: governos federal, estaduais, municipais e empresas estatais

Últimos 12 meses: 118,583 (10,26% do PIB)